

# **HISTÓRIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO DOS INDÍGENAS NO CEARÁ: A CONTRIBUIÇÃO INTELECTUAL DO INSTITUTO DO CEARÁ.**

**History, Memory and Forgetting Indigenous in Ceará: the intellectual contribution of the Ceará History, Geographic and Anthropological Institute.**

Ma Ana Alice Menescal  
ana.alice.menescal@gmail.com

**Resumo:** O trabalho aqui apresentado é parte da tese de doutorado intitulada “Indígenas e Intelectuais: a questão indígena no Instituto do Ceará (1887-1938)”, desenvolvida junto ao curso de Doutorado em História e Cultura do Brasil da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Portugal. O Instituto do Ceará, fundado ao fim do século XIX, seguia a linha dos demais Institutos Históricos já em atividade no Brasil, ou seja, fundar a História local através da investigação, compilação e publicação de documentos sobre a região, bem como a divulgação das análises da documentação encontrada. A Revista do Instituto do Ceará surgiu como principal fonte de difusão da produção intelectual da agremiação em questão, entretanto, desde o início o seu acesso foi restrito a uma pequena parcela da população local. A proposta deste estudo é discutir como a produção do Instituto do Ceará contribuiu para a fundação da historiografia cearense tradicional de ampla difusão, analisando a abordagem dos povos indígenas do Ceará nos trabalhos de autores cujas obras eram mais populares entre a sociedade cearense no início do século XX. Recorreremos aos conceitos de história, memória e esquecimento para analisar o que consideramos uma espécie de esquecimento dos nativos, embora levemos em conta que não se tratou necessariamente de um esquecimento proposital dos indígenas da região, mas da elaboração de uma memória específica da época e da parcela da população que a difundiu.

**Palavras-chave:** História, Memória, Esquecimento, Indígenas, Instituto do Ceará.

**Abstract:** The work presented here is part of the doctoral thesis entitled "Indigenous and Intellectuals: the indigenous question in the Institute of Ceará (1887-1938)", developed by the Doctoral Course in History and Brazil's Culture at the University of Lisbon - Portugal. The Ceará History, Geographic and Anthropological Institute, founded in the late nineteenth century, followed the line of the other Historical Institutes already active in Brazil, that is, found the local history through research, compilation and publication of documents on the region as well as the dissemination of the analysis of the documentation found. The Scienti Magazine of the Institute was created with the purpose of being the main source of dissemination of intellectual production of the association in question, however, since the beginning of its access was restricted to a small portion of the local population. The purpose of this study is to think about the production of Ceará Institute contributed to the foundation of the traditional Ceará historiography widespread, analyzing the approach of indigenous Ceara people in the authors of works whose works were most popular among the cearense society at the beginning of XX century. We use the concepts of history, memory and forgetting to analyze what we consider a kind of native oblivion, although we take into account that does not necessarily dealt with a purposeful oblivion of the indigenous of the region, but the development of a specific memory of the time and portion of the population that spread.

**Keywords:** History, Memory, Forgetfulness, Indigenous, Institute of Ceará.

Os institutos históricos brasileiros, desde a fundação, tinham o intuito claro de edificar a identidade nacional, partindo da construção da história oficial que levasse o indivíduo a sentir-se membro de um grupo social mais amplo e a identificar-se com a história local. Portanto, essas academias eram, desde sua criação, moradas não apenas da história, mas também da memória e do esquecimento das sociedades nas quais estavam inseridas.

Antes de seguirmos, julgamos importante esclarecer os conceitos acima expostos. Para tanto, recorreremos à leitura de alguns autores consagrados na reflexão em torno das concepções de História e Memória. Assim, para começar, perguntamos: o que é Memória?

Para Halbwachs (2006) a memória do indivíduo não é apenas dele, pois não é possível compreender o homem desvinculando-o da sociedade. Deste modo, para ele a memória seria um fato social<sup>1</sup>. Na sua perspectiva a memória do indivíduo corresponderia à soma aleatória das diversas memórias coletivas dos grupos com os quais o indivíduo se relaciona.

O pensamento de Halbwachs parece mesmo ganhar eco nas ideias defendidas por Paul Ricoeur que anotou ser “a partir de uma análise sutil da experiência individual de pertencer a um grupo, e na base do ensino recebido dos outros, que a memória individual toma posse de si mesma” (RICOEUR, 2007, 130).

Marc Bloch, por seu turno, refletindo sobre a memória coletiva definida por Halbwachs, entende que ela corresponde aos fatos da comunicação entre indivíduos, sendo sustentada pela transmissão de representações. Assim, para que a memória de um grupo social exista para além da duração da vida humana “é também necessário que os membros mais velhos cuidem de transmitir essas representações aos mais jovens” (BLOCH, 1998, 229).

Entendendo a memória como resultado da comunicação entre os homens, Bloch observa os problemas que podem acometê-la, por exemplo, erros de transmissão, distorções e mal entendidos, havendo, portanto, a possibilidade de recordações falseadas ou equivocadas.

---

<sup>1</sup> Daí, Halbwachs justifica a ausência de recordações da primeira infância do indivíduo, pois as “impressões não se ligam a nenhuma base enquanto ainda não nos tornamos um ser social” (HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 43).

Quando as relações entre memória e história entram em questão, as ideias de Halbwachs e Bloch se distanciam ainda mais. Para Maurice Halbwachs, enquanto as memórias individual e coletiva se interpenetram, a memória histórica parece estar menos relacionada às duas primeiras. Halbwachs apresenta a memória coletiva como algo fluido, contínuo, natural e vivo dentro dos grupos sociais, enquanto a memória histórica seria esquemática, artificial e com pretensões universais, ou seja, estaria acima de qualquer grupo. Assim, a história surgiria a partir da impossibilidade da permanência da memória, em razão dessa só ter sentido de existir enquanto houver um grupo que dê prosseguimento a ela. Noutras palavras, para Halbwachs, quando não há memória, quando a tradição se desfaz é que surge a história. Nesta perspectiva, a história seria um modo de dar continuidade à tradição, mesmo não havendo o grupo social onde a memória surgiu.

Já para Marc Bloch, a história não pode se sustenta na imobilidade. Da mesma forma que a memória, ela também é fruto da intervenção do homem e da sociedade. Deste modo, as relações entre passado e presente são bastante sutis e a história não pode ser vista como limitada ao passado e distanciada do presente. A história, assim como a memória, é fruto do presente, pois o ponto de partida de ambas está no presente, no tanto no homem quanto na sociedade do presente (BLOCH, 2001).

Em sua *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, Bloch faz afirmação acerca da transmissão da memória coletiva e como os problemas ocasionados nesse trajeto podem afetar a memória histórica. A passagem diz respeito, especialmente, à sociedade feudal, entretanto, parece-nos bastante aplicável a outras sociedades em outros momentos históricos, como o caso aqui investigado. Marc Bloch afirma que

os períodos mais ligados à tradição foram também os que tomaram mais liberdade com sua herança precisa. Como se, por uma singular revanche de uma irresistível necessidade de criação, à força de venerar o passado, naturalmente se fosse levado a inventá-lo. (BLOCH, 2001, 100).

As críticas de Bloch à noção de memória coletiva elaborada por Maurice Halbwachs influenciou uma nova geração de pensadores da História fermentando a massa das ideias e alimentando novas perspectivas, inclusive com o entendimento de que o pensamento do sociólogo francês estava arraigado na tradição oitocentista europeia, onde “a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a

forma mais completa de uma memória coletiva”, como afirmou Michael Pollak (1989, 4).

Segundo Pollak, é preciso entender a existência de tentativa de dominação e solidificação da memória coletiva, como também há a necessidade de perceber quem intervém nesse processo. Outro aspecto importante, para Pollak, é a percepção das chamadas memórias subterrâneas, aquelas memórias que resistem em paralelo à memória coletiva nacional e que promovem uma resistência silenciosa até o momento em que afloraram, saindo do seu estado de latência.

Mesmo com o exposto, ainda é preciso compreender onde se encontra a fronteira entre história e memória. Para Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1992, 22)

A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de construção e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. A memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para o intercâmbio social.

Para compreender a afirmação de Ulpiano Bezerra de Meneses faz-se necessário compreender algumas características da memória. Primeiro, a memória está em constante processo de construção e reconstrução (Cf. BOSI, 1971), não é possível prevê-la ou entendê-la como algo definitivo, acabado. Mesmo quando compreendida pelo seu aspecto modelar, permanece sujeita à dinâmica da sociedade, sendo reformulada a partir dos parâmetros da sociedade que a elegeu como tradição. Não há esforço suficiente para promover nem a homogeneidade, uma vez que é fruto da elaboração individual e coletiva, portanto é heterogênea desde o princípio, nem, tampouco o seu resgate (pelo mesmo motivo).

Outro aspecto importante é compreender o fato de sua elaboração acontecer no presente, de onde surgem os questionamentos a seu respeito. Portanto, é no presente que a memória adquire sentido<sup>2</sup>, em razão das múltiplas dimensões e desdobramentos que a

---

<sup>2</sup> Ulpiano T. Bezerra de Meneses cita como exemplo a percepção e o sentido que um objeto antigo adquire no presente. Mesmo elaborado, originalmente, com um sentido específico da sua época, no presente seu uso e função ganha novo sentido. É o que podemos perceber observando objetos antigos em um museu, pois os questionamentos acerca do objeto são diferentes daqueles que deram origem a ele no passado (cf. MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais*. **Rev. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, 1992, nº 34, pp. 9-24, p. 12).

permeiam. No presente, o indivíduo e o grupo social sabem mais do que a própria memória vivida no passado poderia saber, pois é intrínseco ao conhecimento tanto o estranhamento, quanto o distanciamento<sup>3</sup>.

A memória pode ser subdividida em três categorias: individual, coletiva e nacional. Levando-se em consideração que a individual só interessa às ciências sociais quando há interação entre dois ou mais indivíduos, cabe-nos aqui as outras duas.

A memória coletiva, sustentada pela interrelação de grupos sociais, busca assegurar coesão e solidariedade dentro dos grupos, mas não é espontânea e precisa ser reavivada sempre para manter-se ativa<sup>4</sup>.

A memória nacional, por sua vez, não é a simples soma das memórias coletivas da nação, busca manter a aparência de unidade e de integração e para este fim utiliza-se de diversos estratagemas, mantendo, distorcendo ou esquecendo elementos que a compõem. A memória nacional é de ordem ideológica e tem a finalidade específica de formular, desenvolver e manter a identidade nacional por isso não é raro estar associada à atuação das camadas dominantes e de seus interesses para a manutenção da ordem.

Do exposto acerca da definição de memória, bem como de seus tipos específicos, é preciso entender a memória como objeto da História, posto que esta tem um caráter crítico (História-problema) e não o caráter narrativo de outros tempos (História-narração). Lembramos, entretanto, que a atuação dos intelectuais do Instituto do Ceará durante o período que nos propomos a investigar é caracterizado pela História-narrativa, o que justifica muitos dos critérios utilizados para fundação da historiografia cearense decorrente dos estudos dos agremiados da referida academia.

Mas convém ainda retomar algumas questões acerca do esquecimento. Segundo Marc Augé (2001), a relação entre Memória e Esquecimento é semelhante à da vida e da morte, uma vez que o conceito de uma só se define pelo da outra. Portanto, o Esquecimento não é menor que a Memória, aliás, para ele “fazer um elogio ao esquecimento não é vilipendiar a memória, e ainda menos ignorar a recordação, mas reconhecer o trabalho do esquecimento na primeira e assinalar a sua presença na segunda” (AUGÉ, 2001, 19).

---

<sup>3</sup> Ulpiano Bezerra de Meneses afirma: “a memória é filha do presente. Mas como seu objeto é a mudança, se lhe faltar o referencial do passado, o presente permanece incompreensível e o futuro escapa a qualquer projeto” (Idem, p. 14). Eis a explicação para a condição da memória em relação ao passado e o presente.

<sup>4</sup> Sobre memória coletiva, conferir, além de Maurice Halbwachs, Marc Bloch e Michel Pollak, NORA, Pierre. *Mémoire Collective*. In: LE GOFF, Jacques (org.). **La Nouvelle Histoire**. Paris: CEPFL, 1978.

## **Instituto do Ceará, memória e esquecimento dos povos nativos.**

Partindo do vínculo orientador da historiografia produzida pelos Institutos Históricos — História, Memória e Esquecimento —, concernentes aos povos nativos do Ceará, tenhamos em conta a construção de sua imagem pelo Instituto do Ceará e como esta determinou o entendimento da sociedade cearense quanto aos primeiros habitantes do território.

Quando “desapareceram” os povos indígenas do Ceará? Não se pretende aqui responder a essa questão do ponto de vista da possibilidade de um desaparecimento físico dos nativos<sup>5</sup>, mas refletir sobre a história criada acerca desses povos. Trataremos da ideia de um desaparecimento ideológico, de uma historiografia que de modo seletivo determinou a memória coletiva sobre os indígenas no Ceará.

Mas qual seria a intencionalidade na forma como o Instituto do Ceará desenvolvia suas ideias? É possível ao historiador de hoje recompor o cenário intelectual dos princípios da historiografia cearense? Como a história produzida no Instituto do Ceará poderia contribuir para uma mudança na condição sociopolítica e econômica do Ceará?

É possível, apesar de considerarmos improvável, que não existisse intencionalidade na manipulação de ideias e que esta fosse simples consequência da formação dos próprios intelectuais do Instituto, no entanto, a conjuntura sociopolítica e

---

<sup>5</sup> Diversos autores já trataram a questão, a saber: CHAVES, Gilmar (org.). *Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a Terra da Luz*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fortaleza, CE: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 2002; PINHEIRO, Francisco José. *Os Povos nativos do Ceará (uma síntese possível)*. In: CHAVES, Gilmar (org.). **Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fortaleza, CE: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 2002; LEITE, Maria Amélia. *O Cearense é um povo caboclo?* In: CHAVES, Gilmar (org.). **Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fortaleza, CE: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 2002; PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008; PALITOT, Estêvão Martins (org.). *Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009; VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. *Aldeamentos indígenas no Ceará do século XIX: revendo argumentos históricos sobre o desaparecimento étnico*. In: PALITOT, Estêvão Martins (org.). **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009; GOMES, Alexandre Oliveira. *A saga de Amanay, o Algodão, e dos índios da Porangaba*. In: PALITOT, Estêvão Martins (org.). **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009; PINHEIRO, Joceny (org.). *Ceará terra da luz, terra dos índios: história, presença, perspectiva*. Fortaleza: Ministério Público Federal. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. FUNAI; IPHAN/4ª Superintendência Regional, 2002; PORTO ALEGRE, Sylvia. *De ignorados a reconhecidos: a “virada” dos povos indígenas no Ceará*. In: PINHEIRO, Joceny (org.). **Ceará terra da luz, terra dos índios: história, presença, perspectiva**. Fortaleza: Ministério Público Federal. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. FUNAI; IPHAN/4ª Superintendência Regional, 2002.

econômica do Ceará apontava para outros caminhos. A visibilidade do Ceará diante da capital do Império não era satisfatória, por nenhum ponto de vista. Vejamos então: a província localizada na região norte<sup>6</sup> ficava muito distante dos grandes centros da nação; suas terras não despertavam grande interesse, não havendo nenhum aspecto físico, social ou econômico que desse relevo ao lugar; portanto, era conveniente para a elite local encontrar meios de inserir o Ceará na história do Brasil, abrindo brechas para destacar a província diante do restante do império. Deste modo, acreditamos que a intelectualidade cearense tenha encontrado os meios a partir de sua produção, ou seja, aspectos da cultura letrada teriam o potencial necessário para realizar os anseios de parte da sociedade cearense.

Segundo Jacques Le Goff,

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. (LE GOFF, 1996, 476).

Assim, a história produzida pelo Instituto do Ceará, especialmente através do Barão de Studart, criou uma imagem da população do Ceará e para a população do Ceará. E o recurso associado ao estabelecimento da memória foi o esquecimento.

O esquecimento ou amnésia, como referida por Le Goff, não consiste apenas na perturbação da personalidade do indivíduo, mas pode dizer respeito à perda ou à falta de elementos determinantes da memória coletiva de sociedades, de nações inteiras, acarretando alterações identitárias (LE GOFF, 1996, 425). Ou seja, o esquecimento – voluntário ou involuntário - determina os caminhos da memória e da identidade coletiva de um grupo social e neste sentido a produção histórica pode vir a ser compreendida como um importante instrumento de poder, manipulando dados e fatos de tal modo a provocar alterações muitas vezes difíceis de serem contornadas.

Sendo as agremiações de intelectuais lugares tanto de história, quanto de memória e esquecimento, para os letrados do Instituto do Ceará, bem como para qualquer outro grupo social detentor de algum tipo de poder sobre a sociedade em geral, o controle da memória e do esquecimento eram de suma importância para a afirmação social-comunitária. Como sustentou Le Goff,

---

<sup>6</sup> Referimos-nos aqui à região norte, porque era sob a divisão Norte e Sul que se compreendia a divisão territorial do Brasil no período tratado.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1996, 426).

Portanto, a manipulação da história, da memória e do esquecimento possivelmente promovida pela elite letrada do Instituto do Ceará, demonstra o intuito de suprimir da história local aquele elemento que acreditavam pesar negativamente sobre a trajetória histórica pertinente ao estado. Desse modo, os intelectuais cearenses teriam promovido um retraimento da memória referente à população local, buscando, de tal sorte, a repercussão além-fronteiras e o engrandecimento da província do Norte?<sup>7</sup> <sup>8</sup>. Talvez tenham apenas atuado na edificação de um tipo específico de memória, decorrente do próprio contexto histórico e da memória coletiva do grupo social que compunham. Surge, então, a pergunta: por que a historiografia construída pelos letrados do Instituto do Ceará atingiria tão definitivamente o entendimento da sociedade local sobre os nativos do lugar? Para elucidar esta questão consideremos com Fernando Catroga o seguinte:

O sujeito, mesmo antes de ser um *eu*, já está, a um certo nível, imerso na placenta de uma memória que o socializa e à luz da qual ele irá definir, quer a sua estratégia de vida, quer os seus sentimentos de pertença e adesão ao coletivo. (CATROGA, 2009, 13).

É, pois, a experiência em sociedade que determina a identidade, o sentimento de pertença a um grupo, como consequência da memória coletiva estabelecida. E foi essa a importância da atuação dos intelectuais do Ceará, já que a identidade do homem cearense esteve, no final do século XIX e início do século XX, intimamente ligada ao entendimento social, político e científico difundido na produção das agremiações de estudiosos, com especial destaque para o Instituto do Ceará. Entretanto, mesmo compreendendo as questões relacionadas ao senso de coletividade do homem, pensar unicamente a memória coletiva seria extrair dele mesmo a condição que o distingue: a da subjetividade. É a subjetividade que permite ao homem destacar-se na multidão,

---

<sup>7</sup> O pensamento de Le Goff a propósito da manipulação da memória e do esquecimento, coincide com o de Marc Augé, quando este se refere ao relativismo cultural. Apesar da argumentação distante, ambos tratam do poder que determinado grupo pode exercer sobre outro. (Cf. LE GOFF, 1996 e AUGÉ, 2001).

<sup>8</sup> Lembremos, uma vez mais, que após a instauração da república, a atuação do Instituto do Ceará permaneceu na mesma linha de interesse, posto que a condição do Ceará diante da nação e seu governo continua a mesma, ou seja, de pouco ou nenhum destaque.

tornando-o único em seu grupo social. Assim, uma vez mais citamos Catroga, que observa:

Na experiência vivida, a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais, etc.) em permanente construção, devido à incessante mudança do presente em passado e às alterações ocorridas no campo das *re-presentações* (ou *re-presentificações*) do pretérito. Significa isto que a recordação, enquanto presente-passado, é vivência interior na qual a identidade do *eu*, ou melhor, a ipseidade, unifica os diversos tempos sociais em que comparticipa. (CATROGA, 2009, 12).

Sendo assim a formação do homem e de sua identidade dependem da relação por ele mantida com os valores da sociedade ou do grupo em que está inserido, bem como daqueles que constrói para si, partindo da experiência de vida. Por esse viés se explica a subjetividade humana, pois o sujeito, apesar de ter sua parcela de individualidade, está sempre tão envolvido com a sociedade da qual faz parte, que características determinantes de sua essência estarão identificadas com a vivência em grupo e não consigo mesmo.

E, se é da junção das diversas memórias que se constrói a identidade coletiva, bem como a *ipseidade*, naturalmente ambas serão originadas também do esquecimento. Afinal, memória e esquecimento estão lado a lado na conformação da história de toda a humanidade, determinando escolhas, caminhos, ideologias, etc. Para Catroga, as duas se exigem reciprocamente e, “se a vida é impossível sem a primeira, nem que seja ao nível da sua acção como proto-memória ou como *habitus*, ela seria igualmente impossível sem o esquecimento” (CATROGA, 2009, 19). De certa forma, o esquecimento termina por fazer parte da memória, pois, como bem definiu Fernando Catroga, “ele é a presença, no espírito do homem, de uma coisa ausente, ou melhor, é a *presença da ausência*” (CATROGA, 2009, 16). Portanto, a toda memória atrela-se um esquecimento, pois memória e esquecimento são escolhas, algumas vezes inconscientes, outras não.

Quando nos referimos à atuação dos Institutos no fim do século XIX e início do XX, bem como à memória e o esquecimento vinculados a eles, é porque são evidentes alguns aspectos determinantes para a compreensão político-ideológica dos intelectuais e da história oficial fundada em benefício das “sociedades imaginárias” criadas a partir do desejo positivo de evolução, desenvolvimento e destaque intelectual. Destarte, na construção da memória e do esquecimento fundadores da identidade cearense, bem

como da identidade nacional (se pensarmos no IHGB), encontram-se mescladas história e ficção, sendo as marcas do tempo bastante claras, pois os intelectuais buscavam fundar a história de modo a ressaltar características positivas dos grupos sociais retratados. Esse entendimento da construção da memória e do esquecimento é semelhante à definição do paradigma a que Paolo Rossi chamou *artista da memória*, sendo este “o intérprete da realidade do universo e do seu destino, o possuidor da ‘chave universal’ que está escondida e assim deve permanecer para os mortais comuns” (ROSSI, 2010, 18).

Aqui se evidencia a questão do poder de quem determina a memória e o esquecimento acerca de algo, pois o *artista da memória* limita ou expande o acesso ao conhecimento. É por isso que quem primeiro domina o saber terá em suas mãos o poder de transformar, conduzir, fundar. E se, a seu modo, memória e esquecimento seguem lado a lado, como iguais em importância e em reciprocidade, por serem interdependentes, até certo ponto a memória tende a se sobrepor, pois o esquecido que constrói é realmente relegado ao olvido. É como sustenta Catroga: “a memória (subjectiva e/ou colectiva) tende a olvidar-se do esquecido que constrói” (CATROGA, 2009, 20). E esta termina por ser uma das formas de surgimento das identidades coletivas, pois a memória e o esquecimento ganham enorme força na dinâmica da sociedade e, de conhecimento externo, torna-se inconsciente coletivo. Daí provém a imagem construída dos povos nativos do Ceará, pela qual a população “recebeu” da elite letrada informações marcadas ideologicamente, seguindo as tendências intelectuais da época e o desejo da sociedade provincial de aparentar desenvolvimento e modernidade, chegando as ideias a se arraigarem de tal forma que ganharam a condição de inconsciente coletivo. Portanto, aquilo que foi difundido por um pequeno grupo ganhou ares de *verdade histórica*.

Essa pretensa verdade teve por consequência o desaparecimento, melhor dizendo, o apagamento ideológico de um importante elemento cultural da sociedade cearense. Afinal, o homem do Ceará recebeu e mantém profunda afinidade cultural com os povos nativos<sup>9</sup>. Não podemos tratar a questão do ponto de vista das perdas culturais nem supor que outra identidade teria a sociedade cearense, caso os povos nativos tivessem estado sempre presentes e ativos no convívio e (auto)reconhecimento da população. O que seria a historiografia cearense, caso o apagamento do elemento

---

<sup>9</sup> Ressaltemos o vocabulário, a alimentação, o comportamento, entre outros aspectos tão arraigados e por isso mesmo indissociáveis do ser cearense.

indígena não tivesse ocorrido ao curso do século XIX, não vem ao caso. Como se sabe, a história se constrói através de escolhas, de seleção, portanto, de memórias e esquecimentos, sendo estes igualmente importantes, uma vez que ambos determinam a trajetória do processo histórico.

As consequências da memória e do esquecimento no caso dos nativos do território cearense se fazem sentir na percepção/compreensão de como é o espectro da sociedade local e não identificamos melhor forma de atingir esse entendimento que através da historiografia cearense. Afinal, a produção historiográfica nos possibilita observar o alcance das escolhas e construções ideológicas de uma sociedade. Então, neste caso, por ela chegamos a um possível diagnóstico da idealização da sociedade cearense sobre si mesma.

### **A historiografia cearense tradicional.**

Na historiografia cearense podemos estabelecer uma divisão minimalista distinguindo o que podemos chamar de produção historiográfica tradicional, onde encontramos os autores mais antigos a tratar de temas cearenses. Muitos dos referidos autores eram profundamente ligados ao Instituto do Ceará e seguidores de um modelo positivo de história, que difere da historiografia mais recente, produto das instituições de ensino superior instaladas no Ceará<sup>10</sup>. As diferenças consistem fundamentalmente na abordagem feita dos povos nativos, onde temos o distanciamento, a extinção ou assimilação dos nativos de um lado; e do outro uma diversidade de pensamento e uma consciência mais apurada da influência étnica e, com o passar dos anos um amadurecimento de pesquisas, estudos, e também da resistência dos povos indígenas no Ceará. Entretanto, a identidade cearense abordada nestas páginas foi a que surgiu como consequência da história, memória e esquecimento instituídos pelo Instituto do Ceará, ou seja, a vinculada à historiografia tradicional.

Dessa historiografia podemos citar, por exemplo, Tristão de Alencar Araripe, que justificou a extinção dos diretores indígenas no Ceará pela impossibilidade de manutenção dos índios sob ordenação diferenciada do restante da população da província, alegando que a experiência indígena no Ceará era muito diferente daquela de outras províncias, como Goiás, Mato Grosso e Amazonas. Por isso afirma:

---

<sup>10</sup> Lembramos que a primeira Instituição a fazer frente à produção historiográfica do Instituto do Ceará foi a Universidade Federal do Ceará.

desapareceu por uma vez a tutela que, por tanto tempo, exerceram os missionários, os diretores e, depois, os juizes territoriais sobre as pessoas dos indígenas, que agora entravam definitivamente na comunhão legal como cidadãos.

Outrora numerosos, bárbaros e errantes, depois tirados das brenhas e fixados em aldeias pela catequese e doutrina dos padres, foram os mesmos indígenas posteriormente devastados pela cobiça dos colonos e hoje estão reduzidos a número insignificante e confundidos na massa geral da população sem formar classe distinta na sociedade brasileira. (ARARIPE, 1867, 90).

Assim, segundo Araripe, autor da *História da Província do Ceará*, que data de 1867, portanto, de antes da fundação do Instituto do Ceará, e poucos anos após a declaração do presidente da província asseverando o fim dos indígenas, o caso foi fundamentalmente de assimilação, por incompatibilidade da política de manutenção da ordem entre os nativos do território brasileiro e os do território cearense.

Além de Araripe, outros autores estão vinculados a essa tendência da historiografia tradicional. Raimundo Batista Aragão publicou sua *História do Ceará* (s/d), dividida em cinco volumes, cujo intuito parece ao mesmo tempo da singeleza de um compêndio para o público estudantil e da profundidade de arrogar para si a condição de quem preencheu as lacunas da História do Ceará (ARAGÃO, s/d, 8). Dos volumes publicados por Batista Aragão utilizaremos apenas o primeiro. No capítulo oitavo, cujo título é “Resistência Indígena ao Povoamento do Ceará”, ao referir-se à opressão branca e à redução indígena em aldeamentos, o autor afirma:

Esse processo de redução ou extinção, como seria o mais correto, dos índios tidos como nocivos à paz que se desejava implantar na Capitania, deve ser considerado como um dos meios menos cruéis de limpar das terras cearenses o vandalismo selvagem, porém não o mais aconselhável em sua extensão social. Era sobretudo hostil e desumano e além disso nada produzia em benefício dos fins politicamente declarados, pois, o índio, tanto lá quanto cá, teria a mesma disposição arreada de integração ao convívio disciplinar. Os maiores reflexos, então, de rebeldia nativa, consistia na presunção legítima de posse da gleba, prerrogativa da qual só a morte seria capaz de afastar os indígenas do sagrado direito de expulsar os invasores brancos. (ARAGÃO, s/d, 134).

A opinião de Batista Aragão demonstra clareza do abuso de poder do invasor branco, entretanto, tende igualmente à ideia de extinção por assimilação. Portanto, mesmo reconhecendo as medidas abusivas e o direito dos indígenas de se oporem à disciplina imposta pelo colonizador, justificadas pelo interesse de posse territorial por parte do invasor, o autor compreende como extintos os povos que, de uma forma ou de outra, se relacionaram e assimilaram a lógica de trabalho e de convívio social do homem branco. Deste modo, permanece o suposto de estagnação na experiência

sociocultural do indígena, sendo outra alternativa a extinção por assimilação com estabelecimento de contato e aceite do modo de vida do civilizado, enquanto para o invasor há a ideia de progresso e de evolução sociocultural. Conforme afirma Raimundo Batista Aragão:

No final do século, conquanto não se possa afirmar categoricamente sobre o futuro da Capitania, tem-se de certo modo uma visão globalizada do seu breve desenvolvimento. Será, então, o ciclo das charqueadas e dos couros, das vilas e das grandes fazendas em suas melhores perspectivas de florescimento. O silvícola diminui, premido pela inexorável força da civilização e o branco investidor progride em suas aspirações feudocratas. (ARAGÃO, s/d, 186).

E, façamos uma última citação da *História do Ceará*, de Batista Aragão, que diz respeito ao povoamento do Ceará. No capítulo XIII o autor observa quanto à miscigenação e seus benefícios para o homem cearense, afirmando:

O elemento humano, formado no caldo étnico do posseiro adventício e do aborígene citadino, oferece como resultado uma autoctonia imbatível. Nasce o mestiço e esponta o “cabra”, aquele em miscigenação de procedências alienígenas e este gerando uma casta que posteriormente terá desempenho rude na vida sertaneja. (ARAGÃO, s/d, 253).

Portanto, Batista Aragão atribui a fortaleza do cearense à mestiçagem, que foi igualmente, na historiografia antecedente, tanto vilã, quanto heroína. Se teve sentido absolutamente pejorativo anteriormente, com a manipulação de ideias necessárias à construção de uma imagem de força e valentia para o homem local (dois atributos responsáveis pela resistência às adversidades da natureza), as impressões atribuídas à mestiçagem ganham destaque com a valorização de características supostamente atreladas a ela, como é o caso da força e da resistência do mestiço cearense.

Em 1931, Cruz Filho publicou *Historia do Ceará - resumo didactico*. Em nota preliminar, o autor expõe as pretensões que o motivaram: o “intuito, ao redigi-lo, teve por escopo exclusivo prestar um serviço útil á mocidade cearense, que nelle aprenderá a amar e venerar a nossa terra, tão grande e tão infortunada pelos flagellos das secas” (CRUZ FILHO, 1931, 4). Escrevendo sobre a história local, Cruz Filho demonstra cuidado em estabelecer uma ligação entre esta e a história do Brasil, a demonstrar sua percepção de que o Ceará, mesmo com suas peculiaridades, faz parte de uma nação; portanto, há em sua escrita a questão da identidade, do sentimento de pertença ao Ceará e ao Brasil. Ainda em sua nota preliminar, o autor afirma ter tentado “estabelecer

ligações entre os factos da historia geral do paiz e os da historia local, fazendo avultar a unidade delles e a das aspirações do povo brasileiro em toda a extensão territorial” (CRUZ FILHO, 1931, 5). Aspecto interessante desta obra é a indicação das fontes do autor em nota informativa, demonstrando a preocupação com o rigor científico e a apresentação da *verdade histórica*.

No que respeita aos povos nativos, encontramos algumas passagens bastante condizentes com a postura adotada pelos autores responsáveis pela historiografia cearense desde o princípio, no século XIX, até o terceiro quartel do século XX. Logo no início do capítulo III, intitulado “As Tribus selvagens do Ceará”, Cruz Filho faz referência à extinção dos índios cariri, quando afirma que estes:

na época da invasão portugueza, encontravam-se espalhados e fragmentados em numerosissimas tribus pelos sertões, pela chapada do Araripe e por pequenos pontos da riba maritima. Esses selvagens, que parecem extinctos inteiramente no Brasil, habitavam a vasta região localizada entre os rios Paraguassú, na Bahia, e Itapicurú, no Maranhão. Parece que sómente os *Tremembés*, pertencentes á nação *Cariry*, habitavam as praias cearenses. (CRUZ FILHO, 1931, 30).

No capítulo IV, “Ethnographia Indigena”, faz referência aos índios atribuindo-lhes uma parte da responsabilidade pelo caldeamento da população cearense ao supor ser “a cabeça chata dos mestiços cearenses um vestigio de sua procedencia das tribus da nação *Cariry*, dominadora dos nossos sertões” (CRUZ FILHO, 1931, 40). Além desta, há outra passagem na qual Cruz Filho faz alusão à mestiçagem e à extinção dos nativos. No capítulo X, “Povoamento do Solo”, após rápida observação sobre as guerras como forma de extermínio dos indígenas, o autor afirma:

As calamidades das seccas não menos collaboraram na extincção dos aborigenes, bem assim as molestias infecciosas transmittidas pelos conquistadores, entre as quaes sobresaee a variola, que chegou a despovoar aldeias inteiras.

Escravizados pelos exploradores, sujeitos por elles a trabalhos penosos, submettidos á vida sedentaria, tão contraria á sua natureza de povos nomades, foram os selvagens rareando no interior e cruzando-se com os colonizadores; da fusão resultou a actual população mestiça do Ceará. Na formação da sub-raça entrou o elemento negro da Africa numa proporção apenas de 8,65 por cento, por isso que a exportação de escravos para o territorio da capitania cearense foi reduzida. (CRUZ FILHO, 1931, 80).

Assim, abordando a questão da miscigenação e associando-a também à extinção dos selvagens, Cruz Filho perpetua o apagamento dos indígenas na historiografia cearense. E, ao finalizar o derradeiro capítulo, intitulado “O Ceará actual”, Cruz Filho

afirma a força do cearense, sem mencionar mais a questão da miscigenação e atribuindo sua pertinácia ao enfrentamento das dificuldades da natureza<sup>11</sup>.

A *Pequena História do Ceará* de Raimundo Girão, publicada em 1953, foi prefaciada por Thomaz Pompeu Sobrinho que destacou a importância desta primeira tentativa de síntese da história do Ceará, bem como o zeloso trabalho do autor. A qualidade deste trabalho de Girão recebeu parecer do Presidente do Conselho Estadual de Educação, Professor Filgueiras Lima, interessando pelo reconhecimento do tipo de história que se deveria ensinar nas escolas cearenses da segunda metade do século XX<sup>12</sup>. Desse modo, temos um indicativo da identidade do cidadão cearense, herdeiro da historiografia construída e difundida pelo Instituto, até então o maior difusor da história do Ceará.

Na introdução do livro em comento, Raimundo Girão enumera as principais fontes para estudo da história do Ceará, desde os primeiros documentos, a *Relação do Maranhão*, *Jornada do Maranhão* e *Relação do Siará*, passando pelas coletâneas documentais publicadas na RIC e livros publicados por editoras não relacionadas ao IC. Após o levantamento indicativo das fontes, Girão distingue e esclarece:

Vê-se do exposto, aliás muito nas linhas gerais, que tudo são obras de limites monográficos, salvantes as já citadas de Alencar Araripe, Théberge e Catunda<sup>13</sup>, esgotadas e desatualizadas, e a de Cruz Filho<sup>14</sup>, sumária demais. Falta, para a conveniente orientação dos interessados uma História Geral do Ceará, sendo certo que o Instituto do Ceará já pôs nos ombros a tarefa de prepará-la exaustivamente, em 26 Monografias distintas, mas constituindo um todo único, das quais as primeiras já foram dadas à publicidade. Todavia, será obra enciclopédica, por assim dizer.

---

<sup>11</sup> “Ao concluir o presente capítulo, releva notar o surto de vitalidade e progresso que vem realizando o Ceará, através dos tempos, a despeito das seccas que, periodicamente, lhe exaurem as energias e lhe despovoam o sólo, isso graças á resistencia e tenacidade do povo que o habita, - raça de titans que adquiriu, na propria escola da adversidade, a rija tempera para affrontar e vencer as intemperies da natureza” (Cf. CRUZ FILHO, 1931, p. 218).

<sup>12</sup> “O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, depois de examinar o livro PEQUENA HISTÓRIA DO CEARÁ, de autoria do Dr. Raimundo Girão, assinala a importância e a oportunidade dessa publicação, que, não tendo, embora, orientação especificamente didática, nem por isso deixa de ser um livro utilíssimo ao professorado cearense, pela preciosa e abundante contribuição que oferece à organização e desenvolvimento do programa de história local, nas escolas primárias do Ceará.

Assim, o Conselho Estadual de Educação, reconhecendo os méritos indiscutíveis dessa obra que tão necessária se fazia para uma divulgação cultural mais ampla dos fatos e episódios que opulentam a história da nossa terra, resolve aprovar o livro PEQUENA HISTÓRIA DO CEARÁ, da autoria do Dr. Raimundo Girão, recomendando-o, especialmente, ao professorado cearense.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, Fortaleza, 27 de maio de 1953.

FILGUEIRAS LIMA - Presidente” (Cf. GIRÃO, 1953, p. 8).

<sup>13</sup> A saber: *História da Província do Ceará desde os Tempos Primitivos até 1850* (Alencar Araripe), de 1862; *Esbôço Histórico sobre a Província do Ceará* (Théberge), de 1869 (vol I), 1875 (vol II) e 1895 (vol III); e *Estudos de História do Ceará* (Catunda), de 1886.

<sup>14</sup> O já citado, *Historia do Ceará - resumo didactico*, de 1931.

Para suprir essa falta é que resolvemos escrever a **Pequena História do Ceará**, destinada ao “leitor médio”, não satisfeito com meras sínteses, nem disposto a leituras mais acuradas e difíceis. O livro que ora se entrega ao público nem é uma sinopse, nem, ao contrário, um tratado. É um roteiro. (GIRÃO, 1953, 15).

Do ponto de vista metodológico, o livro de Raimundo Girão merece o maior destaque. Naquelas páginas o autor aponta as referências a cada capítulo, não só como bibliografia no fim do texto, mas indicando ao longo da escrita as que lhe serviram de fundamento no livro. Entretanto, se voltarmos à análise relativa aos nativos, Girão somente comenta o indispensável e, portanto, os povos nativos ficam “confinados” nos capítulos iniciais, com pouca ou nenhuma referência direta à miscigenação e à contribuição destes na formação do homem cearense. Raimundo Girão parece sugerir nas entrelinhas que os povos nativos ficaram no alvorecer da história do Ceará, daí não dispensar a esta parcela fundadora da identidade cearense mais do que um papel de relativa importância na fase colonial pretérita.

Carlos Studart Filho também escreveu sobre os nativos em suas *Páginas de História e Pré-História*, livro publicado pelo Instituto do Ceará em 1966. Deste, pouco ou nada escapa a respeito dos indígenas que fizeram parte do passado cearense. É oportuno lembrar que a obra é de Studart Filho, estudioso dos homens da terra que defende a tese da extinção indígena decretada em 1861. O livro foi elogiosamente prefaciado por Thomaz Pompeu Sobrinho, que após rápida explanação sobre as três gerações de estudiosos da história do Ceará, situa Carlos Studart Filho na mais numerosa, a terceira, afirmando:

excursiona o Dr. Studart por um campo sáfaro, mergulhando na escura noite da pré-história. É o assunto da segunda parte do livro. Aqui, afasta-se do círculo cearense e ingressa no seio do largo das observações gerais, versando problemas interessantíssimos de larga amplitude, como o das “Enfermidades e a Média de Vida entre os Homens Primitivos” (STUDART FILHO, 1966, 9).

Para além do comentário tecido da pouco estudada pré-história, Pompeu Sobrinho elogia a contribuição do Dr. Studart Filho dada à historiografia cearense ao salientar:

o Dr. Studart conseguiu tirar dos olhos de alguns estudiosos cascas que lhes sombreavam a visão histórica. Infatigável no esquadrihar velhas fontes, tira delas novidades de indubitável interesse que escaparam à perquirição de quantos o procederam neste afã. Daí por que a sua contribuição para a

historiografia cearense torna-se sobretudo estimada e digna do melhor apêço e uso. (STUDART FILHO, 1966, 11).

É de fato inegável a contribuição de Studart Filho para a historiografia cearense, especialmente no respeitante aos estudos sobre os povos nativos. Ao lado de Pompeu Sobrinho, Studart Filho foi dos pesquisadores que mais se dedicaram à temática indígena, entretanto, nenhum dos dois faz alusão à presença de índios no Ceará dos séculos XIX e princípio do XX, período de atuação mais forte do Instituto do Ceará. Para ambos, parece reinar a ideia da extinção ou assimilação dos nativos pelo restante da sociedade. Carlos Studart Filho faz alusão à assimilação em, pelo menos, dois trechos da obra em questão. Num primeiro momento, referindo-se ao fim da guerra dos bárbaros, assegura:

Remanescentes de tribos destroçadas pelos brancos reúnem-se em povoados estáveis sob a proteção eficiente de clérigos de várias congregações religiosas. Tais aldeamentos, que marcam, de fato, o término da Guerra-dos-Bárbaros, foram, porém, criados em épocas assaz diversas. Assim, não é possível fixar a data provável em que teve fim a terrível contenda que tão caro havia custado aos dois grupos adversos. Verdadeiro conflito étnico, ela quebrou, para sempre, a resistência dos gentios e lhes marcou o mais inglório dos ocasos que é o finar-se um povo na escravidão. (STUDART FILHO, 1966, 116).

Adiante, referindo-se aos nativos após o término da rebelião de 1713<sup>15</sup>, Dr. Studart Filho sentencia:

estava para sempre morto o sentimento de altivez e rebeldia do nativo cearense. Encerrara-se a fase heróica da resistência armada dos filhos da terra aos invasores brancos.

Atritos armados e sangrentos, envolvendo o silvícola, haveriam de entenebrecer por dilatado período o ambiente social do Ceará. Desassossêgo e insegurança inquietariam, dêsse modo, pelo tempo em fora, os lares sertanejos.

Tais lutas já não eram, porém, oriundas dos velhos ódios separadores de brancos e índios que recrudesciam. Resultavam antes do choque de interesses políticos, sociais ou econômicos, surgidos no próprio seio da comunidade luso-brasileira aqui radicada.

O elemento indígena pelejaria nesses conflitos apenas integrando qualquer das parcialidades que se digladiavam, nunca porém como grupo independente agindo por iniciativa própria. (STUDART FILHO, 1966, 133).

---

<sup>15</sup> A rebelião de 1713 teve caráter diferenciado da Guerra dos Bárbaros, pois enquanto esta teve início a partir de “hordas selváticas”, como afirma Carlos Studart Filho, a outra surgiu entre índios aldeados e missionados (Cf. STUDART FILHO, 1966, p. 120).

Portanto, o estudioso defende a assimilação dos indígenas, primeiro com as missões e aldeamentos, depois com a aceitação, tomada para si, da cultura da sociedade civilizada.

### **A herança da historiografia tradicional do Ceará.**

Há outros nomes dessa chamada historiografia cearense tradicional, entretanto, acreditamos que os nomes já nos dão uma boa ideia de quem é o homem cearense cuja imagem foi construída pelos intelectuais que alicerçaram a História do Ceará. Um homem miscigenado, porém sem traços que denigam sua imagem de civilizado. Os nativos? Segundo a história fundada, principalmente pelos associados do Instituto do Ceará, iniciada no século XIX e mantida pelos letrados que os sucederam e conservaram a maior parte do pensamento oitocentista, os indígenas do território ficaram para trás. Foram extintos por lutarem contra a ordem imposta pelo homem civilizado, ou seja, dizimados; ou foram assimilados pela sociedade dita civilizada, ao seguirem as regras desta, quer dizer, tidos por extintos porque assimilados. Enfim, a historiografia disponível, desde o século XIX até o último quartel do século XX, confirma a extinção decretada em 1861. Assim, desde 1861 se constrói o sentimento de pertença do homem do Ceará, mas uma autoidentificação desprendida de um dos elementos mais importantes do ponto de vista cultural e étnico: o nativo.

### **Referências:**

ARAGÃO, Raimundo Batista. *História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, s/d.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850*. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 2002 (Coleção Clássicos Cearenses, v. 5).

AUGÉ, Marc. *As Formas do Esquecimento*. Almada: Íman Edições, 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças dos velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1971.

BLOCH, Marc. *Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente*. In: BLOCH, Marc. **História e Historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch**. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

CRUZ FILHO. *Historia do Ceará - resumo didactico*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1931.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1953.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996 (Coleção Repertórios).

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais*. **Rev. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, 1992, nº 34, pp. 9-24.

NORA, Pierre. *Mémoire Collective*. In: LE GOFF, Jacques (org.). **La Nouvelle Histoire**. Paris: CEPFL, 1978.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. **Estudos Históricos**. Volume 2, número 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989, pp. 3-15.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória e o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: UNESP, 2010.

STUDART FILHO, Carlos. *Páginas de História e Pré-História*. Fortaleza: Editora “Instituto do Ceará”, 1966.